



Ação do Ibama no início dos anos 1990: apreensão de animais silvestres e redes usadas em pesca predatória

Luta pela floresta

Há 30 anos o Ibama atua na proteção do meio ambiente no Brasil por meio de operações baseadas em estudos tecnocientíficos

Rodrigo de Oliveira Andrade

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) completou 30 anos com o desafio de manter sua autonomia e agenda de proteção do meio ambiente. Por meio de laudos e estudos tecnocientíficos, o órgão desenvolve ações de combate a crimes ambientais e de monitoramento e controle de atividades envolvendo o uso de recursos naturais, como a exploração de petróleo, de minério de ferro, entre outras atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente.

O Ibama foi criado oficialmente em 22 de fevereiro de 1989 durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990). O objetivo era integrar as atividades de gestão dos recursos ambientais no Brasil, até então conduzidas por outras instituições governamentais criadas ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Entre elas estavam a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos ligados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e a Superintendência da



Borracha (Sudhevea), vinculada ao então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

“Esses órgãos surgiram em um período marcado pela construção de grandes obras, com alto impacto ambiental”, explica o agrônomo Leonardo Ribeiro Teixeira, analista ambiental do Ibama entre os anos de 2003 e 2018. É o caso da rodovia Transamazônica, na região Norte, e a construção da Usina de Itaipu, no Sul do país. Ele lembra que a situação na Amazônia em fins da década de 1980 também era alarmante, com altíssimo índice de desmatamento; a caça e a pesca avançavam sem controle, assim como os conflitos entre comunidades tradicionais e os novos ocupantes de terras.

O acúmulo de incidentes desencadeou pressão sobre o governo no sentido de fortalecer a gestão ambiental. “Uma equipe de especialistas e acadêmicos foi convocada em meados de 1988 para avaliar o estado dos recursos naturais e propor estratégias que

ajudassem a conciliar o desenvolvimento econômico e a preocupação ecológica no Brasil”, conta Teixeira.

Da iniciativa surgiu a noção de que era preciso centralizar a gestão das políticas oficiais relacionadas à proteção dos recursos naturais e seu uso adequado em um único órgão. “Foi quando se decidiu pela extinção das antigas autarquias e a incorporação de seus funcionários ao Ibama”, destaca o sociólogo Heitor Schulz Macedo, analista ambiental do Ibama entre 2003 e 2008.

BASES CIENTÍFICAS

Somente em 2002 foi realizado o primeiro concurso para a contratação de analistas ambientais no órgão. “Isso abriu caminho para o aprimoramento dos trabalhos de fiscalização, como o uso de ferramentas de georreferenciamento para a identificação e qualificação de infrações ambientais”, diz Teixeira.

Uma das marcas do Ibama hoje é o desenvolvimento de

Carregamento de madeira de desmatamento interceptado por agentes

Mais de 1 milhão de filhotes de tartaruga foram monitorados pelo órgão entre 2017 e 2018, no Pará

projetos estruturados em estudos científicos. “Suas atividades englobam um amplo conjunto de dados e informações, provenientes de processos de investigação e inteligência, que servem de base para ações estratégicas de fiscalização e licenciamento ambiental”, escreveu a economista Nadi Helena Presser, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em artigo publicado em 2018 na revista *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*.

Os dados a partir dos quais o instituto estrutura as suas operações são obtidos por meio de estudos desenvolvidos no próprio órgão ou por universidades e instituições de pesquisa, a partir de convites ou licitações. Exemplo disso é a Operação Panóptico, concebida em 2018 com base em estudos realizados por analistas do órgão e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A operação pretende prevenir o desmatamento





na Amazônia por meio da identificação de áreas de maior risco. Isso é feito com dados georreferenciados obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Com a identificação dessas áreas, proprietários rurais são monitorados e orientados sobre a necessidade de solicitar autorização antes de desmatar.

Segundo Henrique dos Santos Pereira, superintendente do Ibama entre 2003 e 2009 e professor de ciências ambientais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Ibama desenvolveu outros dois projetos de grande importância, sobretudo para a Amazônia: o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) e o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo), ambos no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas

Em maio de 2018 o instituto apreendeu 7.387 toras extraídas ilegalmente da terra indígena Pirititi, em Roraima

O Ibama luta para manter sua autonomia administrativa, técnica e orçamentária

Tropicais do Brasil (PPG7), iniciativa do governo brasileiro em parceria com a comunidade internacional, incluindo os países do Grupo dos 7 (G7), e o Banco Mundial.

O ProVárzea, lançado em 2001, teve como objetivo estabelecer as bases científicas, técnicas e políticas para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica. “O projeto contou com a colaboração de universidades e institutos de pesquisa da região amazônica, contratados pelo Ibama para executar estudos diversos”, esclarece o oceanógrafo Mauro Luis Ruffino, coordenador do ProVárzea.

Segundo dados obtidos via Portal da Transparência, o Ibama conta hoje com 3.922 funcionários, incluindo técnicos e pesquisadores, servidores

concursados e pessoas sem vínculo com a administração pública em cargos comissionados. Seu orçamento previsto para este ano é de R\$ 1,73 bilhão. Entre outras finalidades, esse valor deverá subsidiar as ações do Ibama em 2019, as quais se basearão no Diagnóstico dos Delitos Ambientais 2018, que mapeia problemas nacionais e em âmbito estadual.

Nos últimos meses o órgão vem lutando para manter sua autonomia administrativa, técnica e orçamentária. Desde março, as demandas de imprensa relacionadas à atuação do Ibama devem ser direcionadas à Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Isso tem dificultado o acesso de jornalistas e organizações não governamentais, por exemplo, a informações e dados oficiais relacionados às ações levadas a cabo pelo órgão ambiental. ■